CNP Seguros holding | Brasil

CAIXA SEGURADORA S.A.
CNPJ: 34.020.354/0001-10

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

→★ continuação

2.11. Avaliação dos passivos originados de contratos de seguros

2.11.1. Passivos de contratos de seguros

Os contratos que transferem risco significativo de seguro para Companhia são avaliados segundo uma metodologia, ou modelo contábil aplicável para contratos de seguro. A Companhia utilizou as regras do CPC 11, quando não contrarie as regras da SUSEP e CNSP para avaliação destes contratos. Com isso, a Companhia aplicou as regras e procedimentos mínimos previstos no CPC 11 para avaliação de contratos de seguro que incluem, principalmente: i) a realização de um teste de adequação dos passivos de contratos de seguro (TAP); e ii) processo de classificação econômica e atuarial de contratos entre contratos de seguro ou contratos de investimento.

2.11.2. Custos de aquisição diferidos

Os custos de aquisição diferidos são compostos por gastos que possuem uma relação direta e incremental com emissão ou renovação de contratos de seguro, e que possam ser avaliados com confiabilidade. Os demais custos de aquisição que não possuam essa relação direta e incremental são registrados como despesa, conforme incorridos. Para os custos diferidos, a amortização é realizada segundo o período do contrato, e o prazo médio a diferir dos contratos ativos em 31 de dezembro de 2024 era de 11,92 meses e em 31 de dezembro de 2023 foi de 12,45 meses.

2.11.3. Teste de adequação dos passivos (TAP)

O Estudo atuarial contendo o TAP foi assinado pelo Atuário Técnico Responsável e pelo Diretor Técnico e está disponível na sede da Companhia para o órgão regulador e demais fiscalizações, conforme requerido pelo CPC 11. A Companhia efetuou um teste de adequação dos passivos para todos os contratos que atendam à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 e que estejam vigentes na data de execução do teste.

Para esse teste, a Companhia elaborou uma metodologia atuarial baseada no valor presente da estimativa corrente dos fluxos de caixa futuros das obrigações já assumidas. Para determinação das estimativas dos fluxos de caixa futuros, os contratos foram agrupados conforme os grupos de ramos estabelecidos em regulamentação específica. Respeitando as segregações obrigatórias será efetuada a compensação dos resultados parciais dos grupos de contratos.

As estimativas correntes dos fluxos de caixa foram descontadas a valor presente com base nas estruturas a termo da taxa de juros (ETTJ) definidas pela SUSEP, conforme determina a legislação. No cálculo atuarial das estimativas correntes dos fluxos de caixa foram consideradas premissas atuariais realistas e não tendenciosas para cada variável envolvida, conforme abaixo:

a) Estrutura a termo da taxa de juros (ETTJ): para desconto dos valores futuros dos fluxos projetados foram utilizados os índices, conforme rol divulgado pela SUSEP. Caso houver constituição de PCC, a Companhia opta por segregar o impacto da mudança da estrutura a termo da taxa de juros (ETTJ) em Outros Resultados Abrangentes (ORA), com o objetivo de diminuir a volatilidade da conta de resultados e estar alinhado com as práticas utilizadas na controladora que emite demonstrações financeiras em IFRS.

b) Sinistralidade: para estimativa dos sinistros decorrentes de produtos que utilizam tábua de mortalidade em suas projeções, foram utilizadas as tábuas BR-EMS 2021; para sinistros decorrentes de produtos que utilizam tábua de invalidez, foi utilizada a tábua Álvaro Vindas; para estimativa dos sinistros decorrentes de produtos que não utilizem tábuas biométricas e foram apuradas sinistralidades com base no histórico observado, de cada produto que compõe o estudo. Para projeção por grupo foi utilizada a sinistralidade abaixo:

- Automóvel: 67,7%;
- Patrimonial: 29,6%;
- Pessoas: 70,5% para os produtos que não se aplicam tábua, BR-EMS MT para coberturas de morte e Álvaro Vindas para coberturas de invalidez;
- Habitacional: 4,4% cobertura de danos físicos ao imóvel, BR-EMS MT para coberturas de morte e Álvaro Vindas para coberturas de invalidez.

c) Cancelamento: para estimativa de cancelamentos anuais utilizados no modelo, quando aplicável, foram utilizadas as bases históricas da evolução de contratos ativos observado de cada grupo que compõe o estudo;

d) Resseguro: as projeções foram geradas considerando os valores dos fluxos brutos de resseguro.

Como conclusão dos testes realizados não foram encontradas insuficiências em nenhum dos agrupamentos analisados, conforme tabelas abaixo, para a data-base de 31 de dezembro de 2024, dessa forma não há necessidade de constituição da Provisão Complementar de Cobertura (PCC) conforme Circular SUSEP n° 648/2021 e alterações. No prêmio registrado a suficiência é dada pela PPNG menos o valor presente dos fluxos e no prêmio futuro corresponde ao oposto do valor presente dos fluxos:

	(A)	**(B)**	**(C) = (B) - (A)**
TIPO DE PRODUTO	**PPNG CONSTITUÍDA LÍQUIDA DO CAD DIRETAMENTE RELACIONADO À PPNG**	**VALOR PRESENTE DO FLUXO DE CAIXA RELACIONADO À PPNG**	**PCC-PPNG**
Automóvel	445.365	280.907	(164.458)
Habitacional	–	–	–
Patrimonial e demais	57.952	24.138	(33.814)
Pessoas coletivo e individual	499	419	(79)
Total	**(D) = ∑(A)**	**(E) = ∑(B)**	**(F) = Máx[0; (E)-(D)]**
	503.816	305.465	–
	(G)		
TIPO DE PRODUTO	***VALOR PRESENTE DO FLUXO DE CAIXA RELACIONADO** À **PPNG FUTURA DE PRÊMIOS NÃO REGISTRADOS (SAÍDAS - ENTRADAS)***		
Automóvel	–		
Habitacional	(842.595)		
Patrimonial e demais	(96.552)		
Pessoas coletivo e individual	(614)		
Total	**(H) = ∑(G)**		
	(939.761)		
(I) = Máx[0; (H)] (PCC-NÃO REGISTRADO) = 0			

2.12. Outras provisões, ativos e passivos contingentes

A Companhia reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou de responsabilidade social) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deverá ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma destas características não é atendida, a Companhia não reconhece uma provisão. As provisões são ajustadas a valor presente quando o efeito do desconto a valor presente é material.

A Companhia constitui provisões para fazer face a desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As provisões são constituídas a partir de análises individualizadas, efetuadas pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando em desembolso futuro. Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal". As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras e quando aplicável, são atualizadas monetariamente de acordo com a legislação fiscal (taxa SELIC).

2.13. Apuração do resultado

Os prêmios de seguro e de cosseguro aceito, deduzidos dos prêmios cedidos em cosseguro, e os respectivos custos de comercialização correspondentes, são registrados quando da emissão das apólices ou no início da vigência do risco, o que ocorrer primeiro, em linha com a Circular SUSEP nº 648/2021, e alterações posteriores.

As participações nos lucros devida aos empregados sobre o resultado são contabilizadas com base em estimativas e ajustadas quando do efetivo pagamento. As demais receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o regime de competência.

2.14. Provisão para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis do período, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder R$ 240 anuais. A contribuição social foi calculada à alíquota de 15% sobre o lucro ajustado, de acordo com a legislação vigente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos com base nas alíquotas de 25% e 15%, respectivamente, para as adições e exclusões cuja dedutibilidade ou tributação ocorrerá em exercícios futuros.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem os valores de imposto de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

As antecipações de imposto de renda e a contribuição social que foram pagas no decorrer do período são registradas no passivo circulante, até o limite do imposto a pagar e em caso de excedente, é registrado no ativo circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação.

2.15. Arrendamentos

Definição de arrendamento

A Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento com base na definição de arrendamento do CPC 06 (R2)/IFRS 16.

A Companhia aplicou o expediente prático com relação à definição de arrendamento, que avalia quais transações são arrendamentos. A Companhia aplicou o CPC 06(R2)/IFRS 16 apenas a contratos previamente identificados como arrendamentos. Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17 e ICPC 03/IFRIC 4 não foram reavaliados quanto à existência de um arrendamento de acordo com o CPC 06(R2)/IFRS 16.

Arrendamento classificado como arrendamento operacional conforme CPC 06(R1)/IAS 17

Os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de mercado. Os ativos de direito de uso são mensurados:

Por um valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer recebimentos de arrendamento antecipados ou acumulados: a Companhia aplicou essa abordagem a todos os arrendamentos mercantis. A Companhia testou seus ativos de direito de uso quanto à perda por redução ao valor recuperável na data de transição e concluiu que não há indicação de que os ativos de direito de uso apresentem problemas de redução ao valor recuperável. A Companhia utilizou o expediente prático ao aplicar o CPC 06(R2)/IFRS 16 a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17, sendo que não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial, assim como bens com valores inferiores a 5 mil dólares.

2.16. Normas e interpretações ainda não adotadas

As normas e interpretações emitidas, não adotadas ou ainda não vigentes pela SUSEP, até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir:

IFRS 17 - CPC 50 - Contratos de Seguro: Norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. A norma IFRS 17 - CPC 50 substituirá a IFRS 4/CPC 11, aplicando-se a todos os tipos de contratos de seguros, independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária.

O IFRS 17 é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2023, entretanto, a Companhia aguarda o direcionamento do órgão regulador sobre a aplicação da norma na contabilização local.

2.17. Segregação entre circulante e não circulante

A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante e não circulante a cada data de elaboração das demonstrações financeiras, com o objetivo de classificar adequadamente os ativos e passivos de acordo com a expectativa de realização, mantendo no não circulante os montantes cuja expectativa de realização ultrapasse o prazo de 12 meses subsequentes à respectiva data-base. Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante, exceto quando descrito em Nota Explicativa própria sobre o ativo ou passivo.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC, referendadas pela SUSEP, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; ii) informações sobre incertezas, e sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.

Nota 2.10.1 - Classificação dos contratos de seguro;
Notas 2.9, 2.10.3 - Provisões técnicas, Teste de adequação dos passivos; e
Notas 6.2.1 e 18 - Outros créditos operacionais- valores recuperáveis e Provisões judiciais.

4. Gerenciamento de riscos

A implementação do Acordo de Basiléia II, nas diretrizes formuladas pela *European Insurance and Occupational Pensions Authority* (EIOPA), foi acompanhada pela SUSEP, através da divulgação da Circular nº 648, de 12 de novembro de 2021, e suas alterações posteriores divulgadas na Circular nº 678, de 10 de outubro de 2022, e pelo Banco Central através da Resolução nº 4.557, de 23/02/2017 e suas alterações posteriores divulgadas na Resolução nº 4.943, de 15/09/2021 e a Resolução CNSP 416/21, que regulamenta mais recentemente a EGR - Estrutura de Gestão de Risco. Todas essas normas exigem a implantação de estruturas de gestão de riscos, seguindo critérios mínimos específicos como a criação do cargo de Gestor de Riscos (*Chief Risk Officer*), independente, assegurando a função de liderança no sistema de gestão de riscos.

A Gestão de Riscos é o processo que alinha objetivos, estratégias, procedimentos, cultura, tecnologia e conhecimentos, com o propósito de avaliar e gerenciar as incertezas a fim de preservar o patrimônio e criar valor.

O processo de Gestão de Riscos permite que os riscos de crédito, subscrição, mercado, operacional e tantos outros, sejam efetivamente identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado.

A Diretoria de Riscos (DIRRIS) do Grupo CNP Seguros Holding Brasil ("CSH") foi criada em respeito à exigência normativa e com o objetivo de centralizar o gerenciamento de risco.

As principais responsabilidades da Diretoria de Riscos e Controles Internos são:

- Definir a visão estratégica em apetite ao risco por meio das políticas de risco e trabalhos de alocação do capital econômico;
- Definir as políticas de gestão de risco (segurança da informação, continuidade de negócios, proteção de dados pessoais, gestão de riscos, riscos operacionais, terceirização e controle interno) de acordo com as estratégias definidas pela PRESI da CNP Seguros Holding Brasil, bem como acompanhar e verificar nas unidades de negócios e áreas centralizadas o seu cumprimento;
- Manter a alta administração da CNP Seguros Holding Brasil informada sobre a evolução do perfil de risco do grupo;
- Revisar e aprovar os relatórios de Solvência II, ORSA, IFRS e de Estudos de Viabilidade;
- Gerir o programa de treinamento relacionado à gestão de riscos e controles internos;
- Elaborar, trimestralmente, o *dashboard* (painel de riscos), destinado à Diretoria Executiva - DIREX, Acionistas, Conselho de Administração, Comitê de Riscos e Comitê de Auditoria, contendo informações quantitativas e qualitativas do ambiente de controle da CNP Seguros Holding Brasil;
- Auxiliar a CSH no alcance dos objetivos estratégicos, a conformidade e a redução de impactos financeiros, de imagem e jurídicos decorrentes dos riscos operacionais e de sustentabilidade, que lhes sejam inerentes, avaliando permanentemente e fazendo evoluir o ambiente de controle interno da CSH;
- Avaliar os fornecedores críticos; gerir a base de perdas operacionais; e conduzir as atividades de Governança de Riscos;
- Acompanhar e avaliar a eficácia dos dispositivos de vigilância dos Riscos Técnicos e Riscos Financeiros;
- Acompanhar e avaliar a eficácia dos dispositivos de vigilância dos riscos de segurança da informação, proteção de dados e continuidade do negócio;

No que tange aos regulamentos, normas e políticas internas, o gerenciamento de riscos inerentes às atividades da Companhia é apoiado em uma estrutura de Controles Internos e *Compliance*. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua eficácia.

Com o intuito de acompanhar os diversos temas pertinentes à gestão de riscos, a Diretoria de Riscos e Controles Internos organiza regularmente vários comitês, sendo eles, os *Comitês d'Engagements* (avaliação/discussão de oportunidades e viabilidade de produtos levando em conta o apetite ao risco e diretrizes da Companhia), de Investimentos, Riscos Operacionais e Controles Internos, de Crise e de Incidentes de Segurança.

A Companhia conta ainda com o Código de Ética e Conduta e com diversas Políticas e Normativos internos que tratam de questões atinentes à ética e à integridade, à prevenção à fraude, à corrupção, à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.

Além disso, um Canal de Denúncia independente está disponível aos colaboradores e ao público externo para o recebimento de relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares. Após o recebimento pelo Canal de Denúncia, os relatos são analisados e tratados e é verificada a existência de elementos e informações suficientes para que sejam investigados.

Adicionalmente, a Companhia vem implementando ações com o objetivo de melhorar seu ambiente de governança e controle, destacando-se:

(i) o fortalecimento da gestão de riscos, especialmente *Compliance* e Auditoria Interna;

(ii) aprovação pela Alta Administração e publicação de novas Políticas e Normativos específicos, relativos à contratação de serviços de terceiros, à prevenção aos conflitos de interesses, às questões relativas ao oferecimento e recebimento de brindes e presentes, à prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo, à prevenção à fraude, entre outros.

4.1. Riscos de seguro

O Risco de Seguro é o risco preexistente, transferido do segurado para a seguradora, ou seja, é o risco que a seguradora aceita do segurado em troca de um prêmio.

O gerenciamento de capital visa assegurar que a Companhia mantenha uma sólida base de capital para fazer face aos riscos inerentes às suas atividades, contribuindo para o alcance dos objetivos estratégicos e metas, de acordo com as características da empresa.

O quadro a seguir demonstra a concentração de risco por região e por ramo baseado nos prêmios ganhos no ano:

a. Bruto de resseguro

31/12/2024

Região geográfica	Centro Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total	Proporção de ramo %
Habitacional fora do SFH	261.410	414.213	87.737	1.102.856	436.558	2.302.774	80,0%
Automóvel	69.946	34.211	8.653	197.300	58.036	368.146	12,8%
Compreensivo residencial	13.058	17.949	5.034	68.267	31.831	136.139	4,7%
Compreensivo empresarial	5.218	10.701	5.735	19.633	11.757	53.044	1,8%
Demais ramos	6.780	1.554	501	8.381	2.049	19.265	0,7%
Total	**356.412**	**478.628**	**107.660**	**1.396.437**	**540.231**	**2.879.368**	**100%**

31/12/2023

Região geográfica	Centro Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total	Proporção de ramo %
Habitacional fora do SFH	286.518	433.571	93.853	1.149.926	463.598	2.427.466	80,0%
Automóvel	85.410	27.014	7.419	209.679	58.560	388.082	12,8%
Compreensivo residencial	14.541	18.325	5.105	70.986	34.554	143.511	4,7%
Compreensivo empresarial	19.518	8.131	2.659	16.149	9.458	55.915	1,8%
Demais ramos	7.048	1.963	559	8.055	2.683	20.308	0,7%
Total	**413.035**	**489.004**	**109.595**	**1.454.795**	**568.853**	**3.035.282**	**100%**

b. Líquido de resseguro

31/12/2024

Região geográfica	Centro Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total	Proporção de ramo %
Habitacional fora do SFH	258.335	409.341	86.705	1.089.884	431.423	2.275.688	80,0%
Automóvel	69.124	33.809	8.551	194.980	57.354	363.818	12,8%
Compreensivo residencial	12.904	17.738	4.975	67.464	31.456	134.537	4,7%
Compreensivo empresarial	5.156	10.575	5.668	19.402	11.619	52.420	1,8%
Demais ramos	6.702	1.535	495	8.282	2.024	19.038	0,7%
Total	**352.221**	**472.998**	**106.394**	**1.380.012**	**533.876**	**2.845.501**	**100%**

31/12/2023

Região geográfica	Centro Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total	Proporção de ramo %
Habitacional fora do SFH	284.219	430.093	93.101	1.140.703	459.880	2.407.996	80,0%
Automóvel	84.725	26.797	7.359	207.997	58.091	384.969	12,8%
Compreensivo residencial	14.424	18.178	5.064	70.417	34.277	142.360	4,7%
Compreensivo empresarial	19.362	8.067	2.637	16.019	9.382	55.467	1,8%
Demais ramos	6.992	1.948	554	7.990	2.662	20.146	0,7%
Total	**409.722**	**485.083**	**108.715**	**1.443.126**	**564.292**	**3.010.938**	**100%**

4.1.1. Controle do risco de seguro

A Gestão de Riscos permite que os riscos de seguro sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados através de um forte mecanismo de controle implantado, o qual inclui funções de gerenciamento de risco, funções de controle interno e funções de auditorias internas e externas.

A Companhia conta com um regime de alçadas delineado e com padrões de operação bem definidos por meio de normas, procedimentos e atribuições bem descritos, divulgados e monitorados. Além disso, a Companhia dispõe de políticas de subscrição de risco, de prevenção à fraude, lavagem de dinheiro, e segurança da informação (implantadas e monitoradas), e com o trabalho de profissionais de risco e conformidade designados, conhecedores de suas atribuições e atuantes em todas as áreas.

4.1.2. Estratégia de subscrição

A política de subscrição é parte integrante do quadro de gestão de risco, ou seja, a política estabelece as condições e os limites para aceitação e precificação das garantias prestadas, em linha com as diretrizes estabelecidas pela Alta Administração na forma de apetite a risco e objetivos estratégicos. Tais diretrizes permitem, através de um processo de tomada de decisão claro e partilhado, monitorar e gerir os riscos da Companhia.

4.1.3. Estratégia de resseguro

A estratégia de resseguro da Companhia é baseada numa estrutura central de contratos por risco e catastróficos não-proporcionais que se aplicam de forma corporativa a riscos de diversas carteiras. Os contratos são segregados usualmente em Vida e Não-Vida, exceção feita ao contrato *umbrella,* que provê cobertura para eventos de grande porte para Vida e Não-Vida de forma isolada ou conjunta. Ao redor dessa estrutura central, contratos de menor porte são direcionados à cobertura de riscos específicos, sendo negociados caso a caso, normalmente em modalidade proporcional, podendo a parceria com um ou mais resseguradores destinar-se à aquisição de conhecimento e sua posterior solidificação dentro da Companhia.

Enquanto o atendimento ao ambiente regulatório e às diretrizes da Política de Resseguro são observados em toda a sua abrangência para todo e qualquer contrato, o grupo adota uma postura de risco prudente e conservadora, privilegiando a retenção de prêmios pela seguradora, por meio da calibragem fina dos parâmetros de retenção e cessão em resseguro. Essa estratégia encontra seu complemento na Política de Subscrição do grupo, focada em resguardar a Seguradora quanto ao risco técnico e de imagem. Como prática de subscrição, a empresa não atua como líder na linha dos chamados riscos especiais, que abrangem os segmentos de seguros Rurais, Garantia, Riscos de Engenharia Grupo II, Responsabilidade Civil, Riscos Operacionais e Nomeados, Transportes, Valores, Obras de Arte, Cascos (*Aviation* e *Marine*) ou, de modo geral, todo e qualquer risco ou atividade excluídos dos contratos de resseguro corporativos.

O quadro a seguir apresenta, por contrato de resseguro, as carteiras cobertas, os resseguradores e seus respectivos *ratings*:

CONTRATO	CARTEIRAS	RESSEGURADOR	PARTICIPACÃO RESSEGURADOR	EXPOSIÇÃO DO RESSEGURADOR	*RATING*[(i)]	CONDIÇÃO
PATED 2425CAT0001	Habitacional/DFI, Engenharia, MR Empresarial, Residencial, Auto	IRB Brasil Resseguros S/A	20%	11.200.000	A-	LOCAL
		Mapfre Re do Brasil Companhia de Resseguros S/A	25%	14.000.000	A	LOCAL
		Munich Re do Brasil Resseguradora S/A	55%	30.800.000	A+	LOCAL
PATED 2425RIS0001	Habitacional/DFI, Engenharia, MR Empresarial, Residencial	IRB Brasil Resseguros S/A	20%	3.600.000	A-	LOCAL
		Mapfre Re do Brasil Companhia de Resseguros S/A	25%	4.500.000	A	LOCAL
		Munich Re do Brasil Resseguradora S/A	55%	9.900.000	A+	LOCAL
PATED 2425RIS0002	Habitacional/DFI, Engenharia, MR Empresarial, Residencial	IRB Brasil Resseguros S/A	20%	14.000.000	A-	LOCAL
		Mapfre Re do Brasil Companhia de Resseguros S/A	25%	17.500.000	A	LOCAL
		Munich Re do Brasil Resseguradora S/A	55%	38.500.000	A+	LOCAL
UMBED 2425CAT0001	Habitacional, Engenharia, MR Empresarial, Residencial, Auto, Vida Individual	IRB Brasil Resseguros S/A	20%	18.000.000	A-	LOCAL
		Mapfre Re do Brasil Companhia de Resseguros S/A	25%	22.500.000	A	LOCAL
		Munich Re do Brasil Resseguradora S/A	55%	49.500.000	A+	LOCAL
VIDED 2425CAT0001	Habitacional/MIP, Vida Individual	Hannover Rück SE	30%	17.175.000	A+	ADMITIDO
		Austral Resseguradora do Brasil S/A	10%	5.725.000	A-	LOCAL
		IRB Brasil Resseguros S/A	10%	5.725.000	A-	LOCAL
		Mapfre Re do Brasil Companhia de Resseguros S/A	50%	28.625.000	A	LOCAL
PATCP 2425CEF0001	MR Empresarial para o patrimônio Caixa Econômica Federal	IRB Brasil Resseguros S/A	20%	39.400.000	A-	LOCAL
		Mapfre Re do Brasil Companhia de Resseguros S/A	25%	49.250.000	A	EVENTUAL
		Munich Re do Brasil Resseguradora S/A	55%	108.350.000	A+	LOCAL

(i) Ratings pela A.M Best (rating da casa matriz para resseguradores estrangeiros autorizados a operar no Brasil).

4.1.4. Resseguro em sinistros catastróficos

O levantamento para acionamento do resseguro de catástrofe considera blocos de perdas acumuladas de até 168 horas consecutivas, condicionado à identificação do evento gerador. Nos últimos tempos, a frequência de eventos climáticos extremos tem apresentado uma tendência de aumento, com eventos de grande magnitude que impactam o negócio. O território brasileiro é particularmente sujeito a eventos envolvendo grandes volumes d'água. Nesse sentido, as tempestades são a categoria de evento mais importante, porém alguns outros tipos de eventos decorrem ou do extravasamento dos cursos d'água (inundações ou enxurradas) ou de acúmulos de água (alagamentos), podendo levar a consequências como deslizamentos de terra, entre outros.

O Rio Grande do Sul, em particular, é um dos estados mais afetados historicamente por desastres climáticos no Brasil e foi grandemente afetado pelas fortes chuvas ocorridas em maio/2024. Durante um período que se alongou por mais de um mês, os altos volumes de precipitação deixaram cidades gaúchas debaixo d'água e levaram a mortes e a um montante elevado de prejuízos materiais.

A tragédia atingiu as carteiras patrimoniais da Companhia, tendo gerado uma alta carga de sinistros - 7.824 no período total, com cerca de 7.346 cobertos por contratos de resseguro, enfaticamente no ramo habitacional, representando, em valores aproximados, uma perda de seguros de R$ 228.510 e cobertura de resseguro de R$ 205.613.

4.1.5. Gerenciamento de ativos e passivos

Um dos aspectos principais no gerenciamento de riscos é o encontro dos fluxos de caixa dos ativos e passivos. Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é otimizar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito.

4.1.6. Teste de sensibilidade

As análises de sensibilidade da Companhia, considerando-se as mudanças nas principais premissas em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, líquidas dos efeitos tributários, seguem apresentadas nos quadros a seguir, demonstrando os impactos de cada premissa no Resultado e no Patrimônio Líquido:

	31/12/2024		**31/12/2023**	
Sensibilidade	**Bruto de resseguro**	**Líquido de resseguro**	**Bruto de resseguro**	**Líquido de resseguro**
Taxa +1%	-1,20%	-1,20%	-0,96%	-0,96%
Taxa -1%	1,24%	1,24%	0,98%	0,98%
Mortalidade/Sinistralidade +5%	4,58%	3,66%	2,88%	2,90%
Mortalidade/Sinistralidade -5%	-3,66%	-3,83%	-2,88%	-2,90%
Inflação +1%	-1,52%	-1,52%	1,30%	1,30%
Inflação -1%	1,56%	1,56%	-1,27%	-1,27%

i) A sensibilidade à taxa de juros foi calculada sobre os ativos financeiros, pelo modelo de cálculo de duration e convexidade, considerando a curva de juros prefixada 100 basis points para cima e para baixo;

*ii) Para o teste de sensibilidade da mortalidade/sinistralidade consideramos o cenário de (des)agravamento "A" em +- 5% no volume de sinistros ocorridos, dessa forma o montante de sinistros encontrados nos cenários de stress considera a seguinte fórmula: Sinistros A = Sinistros Ocorridos * (1+A). Por fim, buscando uma estimativa simplificada do impacto no resultado, o impacto percentual informado considera a seguinte relação:*

IMPACTO % = Resultado antes dos impostos e participações + (Sinistros Ocorridos - Sinistros A) Resultado antes dos impostos e participações-1;

iii) O cálculo do risco de inflação considera exclusivamente o impacto direto sobre o apreçamento dos ativos e passivos e a imunização deste risco por meio da estratégia de investimentos. Na ausência de descasamentos e/ou ativos pós-fixados, o risco é equivalente a zero. Porém, é importante destacar que a inflação interfere nas curvas de juros e, por consequência, impactará no valor de mercado. Neste contexto, o cálculo de sensibilidade das curvas de juros considera a abertura ou fechamento da curva de juros, também, em razão do risco indireto da flutuação da inflação.

4.2. Risco de crédito

Risco de crédito é a possibilidade de a contraparte de uma operação financeira não cumprir ou de sofrer alteração na capacidade de honrar suas obrigações contratuais, podendo gerar assim alguma perda para a Companhia. As operações-chave em que a Companhia está exposta ao risco de crédito são:

i) parte ressegurada dos passivos de seguro; ii) montantes devidos pelos resseguradores referentes a sinistros pagos; iii) montantes devidos pelos segurados referentes a contratos de seguro; iv) montantes devidos por intermediários nas operações de seguros; v) montantes referentes a empréstimos e recebíveis; e vi) montantes referentes a títulos de dívidas.

A Companhia está exposta a concentrações de risco com resseguradores individuais, devido à natureza do mercado de resseguro e à faixa restrita de resseguradores que atendem os critérios definidos na Política de Resseguro do grupo, dos quais a classificação de crédito é um dos quesitos.

O gerenciamento de risco de crédito inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por Companhias avaliadoras de riscos, tais como *A.M. Best, Fitch Ratings, Standard & Poor's* ou *Moody's,* e atualmente a Companhia privilegia a avaliação produzida pela *A.M. Best.* Os resseguradores são sujeitos a um processo de análise de risco de crédito em uma base contínua para garantir que os objetivos de mitigação de risco de seguros e de crédito sejam atingidos, conforme ilustrado no quadro do item 4.1.3. com as exposições e *ratings* com as resseguradoras.

A tabela a seguir demonstra a exposição máxima ao risco de crédito antes de qualquer garantia ou outras intensificações de crédito em instrumentos financeiros - (Os *ratings* não são auditados).

31/12/2024

Composição dos ativos	AAA	AA+	AA	AA-	A+	A	A-	B-	BB-	BB	BB+	BBB-	Sem *rating*	Total
Valor justo por meio do resultado	**3.910**	**4.424**	**776**	**621**	**–**	**1.034**	**–**	**161**	**2.692**	**9.565**	**3.055**	**2.981**	**794.730**	**823.949**
Ações	3.910	4.424	776	621	–	1.034	–	161	2.692	4.347	3.055	2.981	25.604	49.605
Fundos de investimentos	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	768.402	768.402
Operações compromissadas	–	–	–	–	–	–	–	–	–	5.218	–	–	–	5.218
Outros valores	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	724	724
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**3.385.021**	**–**	**–**	**–**	**3.385.021**
Letras do tesouro nacional	–	–	–	–	–	–	–	–	–	2.089.781	–	–	–	2.089.781
Notas do tesouro nacional	–	–	–	–	–	–	–	–	–	1.295.240	–	–	–	1.295.240
Créditos das operações com seguros	–	–	–	–	75.107	–	–	–	–	–	–	–	714.409	**789.516**
Ativos de resseguros	–	–	1.154	–	25.324	5.239	22.604	–	–	–	–	–	–	**54.321**
Créditos junto ao FCVS *(i)*	–	–	–	–	–	–	–	–	–	1.199.381	–	–	–	**1.199.381**
Exposição máxima	**3.910**	**4.424**	**1.930**	**621**	**100.431**	**6.273**	**22.604**	**161**	**2.692**	**4.593.967**	**3.055**	**2.981**	**1.509.139**	**6.252.188**

31/12/2023

Composição dos ativos	AA	A+	A	A-	BB	BB+	BBB+	Sem *rating*	Total
Valor justo por meio do resultado	**–**	**–**	**–**	**–**	**5.003**	**–**	**–**	**1.058.577**	**1.063.580**
Fundos de investimentos	–	–	–	–	–	–	–	1.058.601	1.058.601
Letras financeiras do tesouro	–	–	–	–	1.152	–	–	–	1.152
Operações compromissadas	–	–	–	–	3.851	–	–	–	3.851
Outros valores	–	–	–	–	–	–	(24)	(24)	(48)
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	**–**	**–**	**–**	**–**	**3.420.223**	**–**	**–**	**–**	**3.420.223**
Letras financeiras do tesouro	–	–	–	–	149.688	–	–	–	149.688
Letras do tesouro nacional	–	–	–	–	395.811	–	–	–	395.811
Notas do tesouro nacional	–	–	–	–	2.874.724	–	–	–	2.874.724
Créditos das operações com seguros	–	–	–	–	–	11.104	–	758.336	769.440
Ativos de resseguros	1.247	18.823	2.627	23.699	–	–	–	–	46.396
Créditos junto ao FCVS *(i)*	–	–	–	–	1.196.628	–	–	–	1.196.628
Exposição máxima	**1.247**	**18.823**	**2.627**	**23.699**	**3.425.226**	**11.104**	**1.196.628**	**1.816.913**	**6.496.267**

(i) A contraparte destes créditos é o fundo público gerido pelo Governo Federal, desta forma, consideramos o rating do risco Brasil (tesouro nacional)

4.3. Risco de mercado

Define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas por oscilação de preços e taxas, que podem causar descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativa e passiva de uma instituição. O gerenciamento de risco de mercado consiste em mensurar, acompanhar e controlar a exposição das operações financeiras da Companhia de acordo com um conjunto de práticas compatíveis com a natureza de suas operações, a complexidade dos produtos e as dimensões de exposição ao risco. Entre os riscos de mercado inerentes à Companhia, destaca: o risco de taxa de juros e risco de preço de ações. O *rating* da carteira de ações está sendo divulgado na nota 4.2. Risco de crédito.

4.3.1. Controle de risco de mercado

A metodologia utilizada pela Companhia para medir a exposição aos riscos de mercado é *o Value-at-risk* (VaR), o qual demonstra a perda máxima da carteira em um dado espaço de tempo, considerando-se um determinado nível de confiança. Os parâmetros são definidos pela SUSEP e os limites definidos pela Administração. Dentre as informações utilizadas para o cálculo do VaR, está o histórico das cotações dos preços e o comportamento passado da estrutura de juros, não são contempladas variáveis exógenas para efeito das projeções dos cenários, tais como catástrofes naturais, crises econômicas externas ou choques de preços dos ativos.

Para realização dos cálculos o custodiante dos investimentos utiliza-se dos seguintes parâmetros:

- Modelo não-paramétrico;
- Intervalo de confiança de 99%;
- Horizonte temporal de um dia; e
- Volatilidade sob o critério EWMA.

O *Value-at-Risk* da carteira de investimentos da Companhia em 31 de dezembro de 2024 é de R$ 24.915 (31 de dezembro de 2023 era de R$ 9.229).

O valor acima representa a perda máxima das aplicações financeiras da Companhia para o horizonte de tempo de um dia e intervalo de confiança de 99%.

continua→★